

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21

Parte I

Fundamentos, federalismo e estrutura institucional do IBS e da CBS

O COMITÊ GESTOR DO IBS E A NOVA ARQUITETURA DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO: COMPETÊNCIAS, COORDENAÇÃO INTERFEDERATIVA E PRESERVAÇÃO DO PACTO FEDERATIVO	27
<i>Antônio Guedes Alcoforado</i>	
1 Introdução	27
2 A razão de ser do CGIBS: fundamentos constitucionais e funcionais	28
3 O federalismo fiscal de 1988 e a crise do modelo competitivo	30
4 A competência tributária compartilhada do IBS: ambiguidade e resolução dogmática	31
4.1 O conceito clássico de competência tributária	31
4.2 A ruptura conceitual promovida pela EC n. 132/2023	32
4.3 As quatro dimensões analíticas da competência tributária no IBS	33
5 Natureza jurídica e posição institucional do CGIBS	34
6 Competências do CGIBS na LC n. 227/2026	35
6.1 Competências exclusivas e demais competências	35
6.2 Fiscalização integrada: titularidade, cotitularidade e delegação presumida	37
6.3 Coordenação da cobrança e da representação	38
7 Competências na LC n. 214/2025 e nos atos conjuntos IBS/CBS	38
8 Estrutura orgânica e competências dos órgãos do CGIBS	39
8.1 Conselho Superior: composição, quórum e competências deliberativas	39

8.2 Presidência, vice-presidências, secretaria-geral e assessoria de relações institucionais	40
8.3 Corregedoria e auditoria interna	41
8.4 Diretoria executiva e diretor-executivo	41
8.5 Diretorias técnicas e administrativas	42
9 Orçamento, controle externo e governança do CGIBS	43
10 A dialética da reinvenção e da erosão federativa: o modelo cooperativo em perspectiva crítica	44
11 Coordenação interfederativa e preservação do pacto federativo	45
12 Conclusões	47
Referências	49

O COMITÊ GESTOR COMO SUJEITO ATIVO DO IBS: O CREDOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E A REPARTIÇÃO DE RECEITAS COMO QUESTÃO DE DIREITO FINANCEIRO	51
---	----

Hugo de Brito Machado Segundo

1 Introdução	51
2 O que significa ser sujeito ativo da obrigação tributária	53
3 Comitê Gestor é o sujeito ativo da <i>relação tributária</i> ?	55
4 Os arts. 104 a 113 da LC 227/2026 e a (diversa) relação de Direito Financeiro que trata da partilha	55
5 As consequências processuais de se atribuir a condição de credor aos entes subnacionais	57
6 A questão da competência jurisdicional	58
7 Precatórios e restituições: o Comitê Gestor como devedor natural	59
8 Conclusão	60

O SISTEMA DE TOMADA DE CRÉDITOS PARA O IBS E A CBS E O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE APLICÁVEL A ESSES TRIBUTOS	63
---	----

Susy Gomes Hoffmann

1 Introdução	63
2 O princípio da neutralidade: breves considerações	64

2.1 A neutralidade como princípio da tributação sobre o consumo	64
2.2 A matriz europeia e a positivação na Emenda Constitucional n. 132/2023	65
2.3 A neutralidade na Lei Complementar n. 214/2025	66
3 Da apropriação automática à extinção do débito: a nova lógica do crédito	66
3.1 O rompimento com o paradigma anterior	66
3.2 Os três estágios do crédito e a apuração assistida	67
4 As modalidades de extinção do débito e a tomada do crédito	68
4.1 A compensação automatizada como fluxo padrão	69
4.2 O recolhimento na liquidação financeira (<i>split payment</i>)	70
4.3 O recolhimento pelo adquirente	71
4.4 Implicações financeiras: o crédito como ativo de liquidez	72
5 Limites jurídicos da apropriação e do uso do crédito	73
5.1 Operações desoneradas e seus efeitos sobre o creditamento	73
5.2 Bens e serviços de uso ou consumo pessoal	74
5.3 Restituição do indébito, prazo decadencial e vedação à transferência	74
6 O regime de ressarcimento dos saldos credores	75
7 Conclusão	76
Referências	78

Parte II

Operacionalização, obrigações tributárias e novos modelos de controle

AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO IBS E DA CBS: DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS, ECOSSISTEMA DIGITAL E A REENGENHARIA DO FISCO BRASILEIRO	81
<i>Ângelo de Angelis</i>	
Introdução	81
1 Os arts. 104 a 151 do Decreto n. 12.955/2026 e da Resolução CGIBS n. 6/2026: lógica sequencial das obrigações acessórias	82
1.1 A posição das obrigações acessórias na estrutura do decreto	82
1.2 Arts. 104 a 108 – o cadastro único e a identificação do contribuinte	83
1.3 Arts. 109 a 111 – o ambiente nacional de compartilhamento: a infraestrutura que fecha o ciclo	84

1.4 Arts. 112 a 114 – o documento fiscal eletrônico: onde o sistema começa a existir	86
1.5 Arts. 115 e 116 – da obrigatoriedade: a universalidade que fecha as brechas	89
1.6 Arts. 117 a 129 – disposições técnicas: a arquitetura que garante a confiabilidade do sistema	90
1.7 Arts. 130 a 134 – autorização de uso: o momento em que o documento fiscal ganha vida jurídica	93
1.8 Art. 135 – documentos auxiliares: a face legível do sistema	95
1.9 Art. 135 – da contingência: a resiliência do sistema sem concessão à opacidade	96
1.10 Arts. 140 a 145 – dos eventos fiscais: o documento que respira e evolui	98
1.11 Das disposições finais e transitórias: o fechamento de um ciclo e a abertura de uma transição	100
2 A parametrização dos documentos fiscais eletrônicos: esquemas, notas técnicas e a tríade NCM/CST/cClassTrib	102
2.1 A herança da NF-e e a nova camada de informação	102
2.2 A tríade NCM/CST/cClassTrib: o coração da classificação tributária	102
2.3 Novos documentos fiscais eletrônicos criados pela reforma	103
3 O Ecossistema da RTC e a lógica da Apuração Assistida	105
3.1 O ciclo dos dados: da emissão do DFe ao Ecossistema RTC	105
3.2 A Apuração Assistida: a inversão do sentido	107
3.3 A importância dos novos DFes para a Apuração Assistida	108
4 Conclusão: a reengenharia do fisco brasileiro	108
Referências	110

RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NO CONTEXTO DO RECOLHIMENTO DE IBS/CBS NA REFORMA TRIBUTÁRIA	113
--	-----

Alexandre Luiz Moraes do Rêgo Monteiro

Gabriela Martins Silveira

1 Introdução	113
2 Antes da reforma: como ocorre a tributação das plataformas digitais	114

3 Responsabilidade tributária e sujeição passiva nas plataformas digitais. Análise legislativa e jurisprudencial no modelo atual pré-reforma e adequação do modelo pós-reforma ao ordenamento jurídico vigente (CF/1988 e CTN)	117
4 Demais mudanças introduzidas pela reforma tributária (Lei Complementar 214/2025) para as plataformas digitais	123
5 Impactos práticos para as empresas do setor digital e sugestões de boas práticas para mitigar riscos decorrentes das hipóteses de responsabilização tributária introduzidas pelo novo modelo	128
6 Impactos para os usuários e consumidores	131
7 Considerações finais	134

A RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA REFORMA TRIBUTÁRIA: ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LC N. 227/2026	137
---	-----

Luiz Roberto Peroba

Introdução	137
1 O art. 21: da sujeição passiva	140
2 O art. 22: da responsabilidade tributária das plataformas digitais	141
2.1 Retomada do desenho original do art. 22 da LC n. 214/2025	141
2.2 As alterações promovidas pela LC n. 227/2026 ao art. 22 da LC n. 214/2025	144
2.2.1 Alteração do inciso II do <i>caput</i> : responsabilidade solidária	144
2.2.2 Alteração do § 7º: exclusão de responsabilidade por diferenças de IBS e CBS	146
2.2.3 Revogação dos §§ 8º e 9º: redução de salvaguarda expressa quanto ao <i>split payment</i>	148
2.2.4 Inclusão do § 13: substituição tributária facultativa pela plataforma	149
2.2.5 Inclusão do § 14: regularização documental pela plataforma	150
2.2.6 Inclusão do § 15: cálculo pelas alíquotas de referência em caso de indisponibilidade de informações	152
3 Pontos que podem gerar dúvidas de interpretação	153
Conclusão	155

BENS E SERVIÇOS DE USO OU CONSUMO DE SÓCIOS "TRABALHADORES": IBS, CBS E OS LIMITES ENTRE CONSUMO PESSOAL, ATIVIDADE EMPRESARIAL E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	157
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	157
2 A não cumulatividade ampla do IBS e da CBS e a exceção do uso ou consumo pessoal	159
3 A disciplina legal dos bens e serviços de uso ou consumo pessoal	160
4 Os regulamentos da CBS e do IBS e a referência expressa aos empregados	161
5 Sócio de capital, sócio administrador e sócio trabalhador	163
6 O critério da utilização preponderante na atividade econômica	164
7 O princípio contábil da entidade e a separação entre patrimônio pessoal e patrimônio empresarial	166
8 A tributação de dividendos e os novos incentivos econômicos	167
9 <i>Holdings</i> patrimoniais, sociedades familiares e <i>family offices</i>	168
10 Bens de utilização híbrida: informática, comunicação e veículos	169
11 Fornecimento gratuito, valor inferior ao de mercado e distribuição disfarçada de benefícios	170
12 Prova, governança e documentação	171
13 Critérios interpretativos propostos	172
14 Considerações finais	173
Referências	174

Parte III

Impactos empresariais, contábeis e contratuais

RELAÇÕES CONTRATUAIS NA REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS DA INSTITUIÇÃO DO IBS E DA CBS SOBRE A ALOCAÇÃO DE RISCOS, A FORMAÇÃO DE PREÇOS E AS RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES	177
<i>Carla Tredici Christiano</i>	
<i>Thaís Folgosi Françoso</i>	
1 Introdução	177
2 O marco constitucional e legal do novo modelo	178

3 A contratualização dos efeitos econômicos da tributação	179
4 A tributação por fora e a reforma da formação de preços	181
5 As cláusulas de <i>tax gross-up</i>	182
6 A não cumulatividade ampla e suas repercussões contratuais	183
7 O <i>split payment</i> e a reconfiguração das obrigações contratuais	184
8 A responsabilidade do adquirente e a extinção do crédito tributário pelo <i>split payment</i>	185
9 Contratos de compartilhamento de custos e operações <i>intercompany</i>	186
10 Contratos imobiliários	188
11 Contratos de energia e infraestrutura	188
12 Contratos de longo prazo e o reequilíbrio econômico-financeiro	190
13 Governança tributária e deveres de cooperação	190
14 Conclusão	191
Referências	192

ASPECTOS CONTÁBEIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO:

IBS E CBS EM PERSPECTIVA	193
--------------------------	-----

Edison Carlos Fernandes

Heron Charneski

Introdução	193
1 Contabilização dos tributos sobre bens e serviços antes e depois da reforma	194
2 Contabilização dos créditos sobre bens e serviços antes e depois da reforma	199
3 Impactos da reforma sobre indicadores financeiros e de <i>performance</i>	203
4 Impactos da reforma tributária na formação de preços	205
5 Impactos da reforma tributária no fluxo de caixa	207
6 Divulgação de impactos da reforma tributária em relatórios contábeis	208
Considerações finais	211
Referências	212

COMPARTILHAMENTO DE DESPESAS INTRAGRUPO E A NÃO INCIDÊNCIA DE IBS E CBS À LUZ DA EXPERIÊNCIA EUROPEIA	213
<i>Thais Romero Veiga Shingai</i>	
1 Introdução	213
2 A lógica do imposto sobre o valor agregado e a resposta europeia para o problema dos fluxos intragrupo	214
2.1 O agrupamento para efeitos de IVA do art. 11	216
2.2 A jurisprudência sobre o agrupamento	217
2.3 A isenção do agrupamento autônomo de pessoas do art. 132(1)(f)	219
2.4 A jurisprudência sobre a isenção de partilha de gastos	219
2.5 O que a experiência europeia ensina	220
3 O compartilhamento de despesas no direito brasileiro antes e depois da reforma	221
4 A base de cálculo a valor de mercado	224
5 A ausência de fornecimento e de consumo nos arranjos de <i>cost sharing</i>	227
6 Estruturação dos arranjos e gestão de risco	228
7 Conclusão	229
Referências	230
 OS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	 233
<i>Maurício Zockun</i>	
<i>Maria Júlia Marcondes de Moura e Souza</i>	
<i>João Pagano Magalhães</i>	
1 Introdução	233
2 O equilíbrio econômico-financeiro como garantia constitucional do contratado	235
3 As modalidades de preservação e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	237
4 O enquadramento da reforma tributária entre as causas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	238

5 A arquitetura da reforma e o cronograma de transição	242
5.1 A não cumulatividade ampla e o direito ao crédito	243
5.2 Há previsão de aumento de custos tributários?	245
6 A eficiência da contratação e a gestão dos créditos	246
6.1 O exemplo do Simples Nacional: a faculdade de apuração pelo regime regular	246
7 O regime específico de reequilíbrio da Lei Complementar 214/2025	247
7.1 A carga tributária efetiva como critério	248
7.2 Revisão de ofício e pleito do contratado	249
8 Reequilíbrio preventivo ou modificação paulatina?	250
8.1 O reequilíbrio preventivo	250
8.2 A modificação paulatina	251
9 Conclusão	252
Referências	253

Parte IV

Regimes, setores econômicos e operações específicas

CONTORNOS DA REGRA DE DIFERIMENTO DE IBS E DE CBS PARA OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA	257
<i>Diogo Olm Ferreira</i>	
<i>Lia Barsi Drezza</i>	
1 Introdução	257
2 Delimitação da incidência de IBS e de CBS	258
3 Contornos da regra de diferimento para operações com energia	261
3.1 Breves anotações sobre o setor elétrico brasileiro	262
3.2 Art. 28 da LC 214/2025: técnica de adequação da tributação sobre o consumo para o setor elétrico	266
4 Detalhamento do art. 28 da LC 214/2025	270
4.1 Das hipóteses em que ocorre o recolhimento do IBS e da CBS	270
4.2 Definição de “direitos relacionados à energia”	274
5 Conclusões	281

COMBUSTÍVEIS: NO PERCURSO DAS TRANSIÇÕES, AS ESCOLHAS NAS ENCRUZILHADAS TRIBUTÁRIAS	283
<i>Fabio Silva Alves</i>	
Percurso, transições, encruzilhadas	283
<i>A reforma tributária dos combustíveis</i> e os caminhos (já feitos) adiante	286
<i>A reforma tributária ampla</i> e os caminhos (sendo feitos) adiante	288
Novos passos para frente	292
Atalhos e privilégios	294
Caminhos (a seguir) adiante	296
 SAÚDE SUPLEMENTAR: O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE O SETOR E OS EFEITOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA	 299
<i>Fabiola Cassiano Keramidas</i>	
<i>Aline Soares Araújo</i>	
1 Considerações iniciais	299
2 Linhas gerais sobre a saúde suplementar	300
2.1 Agentes e relações jurídicas no setor	301
3 Contexto histórico da reforma tributária no Brasil	302
4 O setor de saúde e a reforma tributária	304
4.1 Da adequação da base de cálculo do IVA para os serviços de planos de assistência à saúde	305
4.2 O fim da guerra fiscal do ISS	310
5 Conclusão	312
 REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO: SERVIÇOS FINANCEIROS	 315
<i>Luciana Ibiapina Lira Aguiar</i>	
1 Aspectos precedentes: a atividade financeira	316
2 IVA nos serviços financeiros	318
2.1 A experiência na Europa e a opção adotada no Brasil	318
2.2 IVA nos serviços financeiros: a opção adotada no Brasil	321
2.3 IVA nos serviços financeiros: os desafios da tributação do <i>spread</i>	322

2.4 IVA nos serviços financeiros: a alíquota reduzida	324
3 Aspectos específicos da RTC para serviços financeiros	326
3.1 Enquadramento: regime geral <i>versus</i> regime específico	326
3.1.1 Critério de enquadramento: por “tipo de serviço” e não por “CNPJ”	326
3.1.2 Quando receitas financeiras são sujeitas à tributação?	328
3.1.3 Bens em garantia: como tributá-los no novo regime?	331
4 Considerações finais	331
Referências	334

PROGRAMA DE PONTOS E PLANOS DE FIDELIZAÇÃO NA REFORMA TRIBUTÁRIA 337

Renato Vilela Faria

Ana Claudia de Andrade Argenta

Vinicius Rozenfeld

1 Introdução	337
2 Programas de fidelização: conceito, modelos e natureza jurídica	339
2.1 Conceito	339
2.2 Modelos operacionais	340
2.2.1 Programa administrado pela unidade geradora de pontos	340
2.2.2 Programa administrado por empresa especializada (rede de coalizão)	341
2.3 Natureza jurídica	342
3 Regime tributário atual dos programas	343
4 Reforma tributária	347
4.1 Administração de programa de fidelização com regime específico na reforma tributária	347
4.2 Disposições comuns aos serviços financeiros	349
5 Tributação da administração de programas de fidelização na reforma tributária	350
5.1 Base legal	350
5.2 Tributação na emissão e suas implicações	352

5.3 Créditos de IBS e CBS na atividade de administração de programas de fidelidade	356
6 Conclusões	358

ARRENDAMENTO RURAL E PARCERIA AGRÍCOLA: DIFERENÇAS E CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	361
--	-----

Marcelo Guaritá Borges Bento

Nereida Horta

1 Introdução	361
2 Arrendamento rural	362
3 Parceria	368
4 Reforma tributária do consumo no arrendamento e na parceria	369
5 A visão da fiscalização e do CARF sobre o enquadramento tributário dos contratos agrários	371
6 O critério central do CARF: compartilhamento de riscos como elemento nuclear da parceria rural	372
7 A prevalência da substância econômica sobre a forma contratual	374
8 A desnecessidade de aportes e de gestão da operação pelo parceiro outorgante	376
9 Simulação e qualificação da multa de ofício	377
10 A responsabilidade tributária solidária e o interesse comum	379
11 Tendências da jurisprudência administrativa	380
12 Nossas conclusões	382

Parte V

Desonerações, imunidades, exportações e transição

EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS: FIM DO IMBRÓGLIO TRIBUTÁRIO?	387
--	-----

Adriana Stamato

Marcelle Silbiger

Mariana Sanches Maia

1 Desoneração das exportações e o princípio do destino	388
--	-----

2 PIS e Cofins na exportação de serviços – o requisito do ingresso de divisas	389
3 ISS na exportação de serviços	391
4 Um novo horizonte – publicação da Lei Complementar n. 214/2025	394
5 Cenário após a publicação da Lei Complementar n. 227/2026	399
6 Exportação de serviços e regimes aduaneiros especiais	404
7 Conclusão	407

AS ENTIDADES IMUNES E A REFORMA TRIBUTÁRIA – ENTIDADES ASSISTENCIAIS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO, SEM FINS LUCRATIVOS	409
--	-----

Renato Nunes

1 Introdução	409
2 Contornos gerais da imunidade tributária das entidades assistenciais e das instituições de educação, sem fins lucrativos	410
3 Imunidade de IBS e CBS das entidades assistenciais e das instituições de educação, sem fins lucrativos	412
3.1 Imunidade e neutralidade	413
3.2 Imunidade de IBS e CBS das entidades assistenciais e instituições de educação, sem fins lucrativos, na Lei Complementar n. 214/2025	416
3.2.1 Atividades imunes	417
3.2.2 Imunidade nas importações	419
4 Recuperação do IBS e da CBS pelas entidades assistenciais e instituições de educação, sem fins lucrativos	421
4.1 Operações de fornecimento à administração pública direta, a autarquias e a fundações públicas	425
4.2 Outros fornecimentos	427
5 Conclusão	429

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO AO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO ICMS	431
---	-----

Lucia Paoliello Guimarães Chuva

1 Introdução	431
2 Breve histórico: o tema não é novo	432

3 O fundo de compensação de benefícios fiscais na EC 132/2023	433
4 A disciplina geral do FCBF: LC 214/2025 e Portaria RFB n. 635/2025	435
4.1 Pessoas e benefícios elegíveis	435
4.2 Habilitação do requerente	437
4.3 Apuração e pagamento do crédito	440
5 Pontos de potencial conflito entre Fazenda e contribuintes	441
5.1 A delimitação do conceito de “condição” no ato concessivo	441
5.2 A manifestação do Estado concessor e seus efeitos	442
5.3 As competências regulamentares da RFB e a segurança jurídica	442
5.4 O procedimento de habilitação como gerador de contencioso administrativo	443
6 Conclusões	444
 SÉRIE “CURSOS DE EXTENSÃO DA APET”	 447